

CONTINGÊNCIA OU PROJETO? A DISPENSABILIDADE DA FUNÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19

Emanuelle Araújo Martins Barros

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB

Claudia Cristiane Andrade Barros

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB

Cláudio Pinto Nunes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB

Resumo: Pretende-se discutir sobre como os ajustes promovidos pela reestruturação do modo de produção capitalista vem produzindo impactos no âmbito do trabalho docente. A análise questiona se as novas demandas decorrentes desses ajustes promovem a dispensabilidade da função social do trabalho do professor, sobretudo em um contexto de expansão do ensino mediado por novas tecnologias, em razão da necessidade de distanciamento social motivado pela pandemia do Covid-19. Sustentaremos nossas análises em autores como Antunes (2020), Mészáros (2011), Freitas (2018), Lamosa (2020) os quais consideram que o mundo do trabalho passa por transformações que vêm reconfigurando essas relações e promovendo a precarização do trabalho docente. Do ponto de vista metodológico, o estudo se constitui em uma pesquisa bibliográfica e documental que analisa os estudos mais recentes acerca da temática em questão. Os resultados apontam que esses ajustes não se dão por acaso, mas são reflexo de uma forma de sociabilidade que busca indefinidamente extrair os excedentes da força de trabalho e que também coloca o conhecimento como uma mercadoria a ser consumida e o professor como uma mera engrenagem para que a expansão do capital se mantenha.

Palavras chave: Pandemia. Precarização do trabalho. Sociometabolismo do capital. Trabalho docente.

Introdução

O trabalho exerce posição de centralidade no sistema capitalista, pois é dele que são extraídos os excedentes para produção do mais-valor. Ocorre que embora o capitalismo seja um sistema voltado para expansão ilimitada, essa se dá de forma destrutiva, tanto do ponto de vista humano quanto ambiental. No decorrer do seu processo de expansão, o capital cria suas próprias crises e também busca formas de se reajustar para a retomada do seu lucro. Atualmente, esses ajustes são materializados por meio de reformas nos Estados nacionais, assim como pelo desenvolvimento de novas dinâmicas nas relações de trabalho orientadas pelo viés neoliberalista.

Não é possível desprender esse ultraliberalismo da crise sanitária causada pela Pandemia da COVID-19, vírus também nomeado de SARS-CoV-2, pois vemos países — a exemplo do Brasil — sem a capacidade de responder com eficácia a ela, tanto social quanto politicamente. Embora exista a possibilidade de viabilizar alternativas para controlar a disseminação do vírus, o Brasil protagoniza o exemplo de país que pior lidou com esse problema. Isso trouxe consequências perversas, como a perda de vidas que poderiam ter sido evitadas, assim como problemas de ordem econômica e social, em razão da morosidade do governo em viabilizar a saída para o problema que é a vacina.

No campo educacional brasileiro os impactos das mudanças decorrentes da pandemia abreviaram intervenções já em curso desde a década de 1990. Tais transformações vêm sendo implementadas por meio de variadas frentes, entre elas se destacam a definição de políticas pautadas na privatização da educação via terceirização, parcerias público-privadas, acordos com instituições que visam o lucro, bem como pela padronização do trabalho do professor, de modo que a sua prática, os conteúdos e o currículo passam a ser definidos *a priori* por instituições alinhadas a uma perspectiva mercadológica.

Diante disso, questionamo-nos se esses ajustes dos meios de produção — os quais impactam sobremaneira no âmbito educacional, por conseguinte, no trabalho do professor — e que no contexto pandêmico passam por um processo de aprofundamento, configuram-se como uma mera contingência das transformações nas relações de trabalho ou só mais uma etapa de uma agenda que objetiva cada vez mais proletarizar o trabalho docente?

Para responder a esse questionamento recorreremos a uma pesquisa bibliográfica que se pautou na literatura e no conhecimento já produzido acerca do capitalismo e sua lógica hegemônica na sociedade atual, bem como em estudos que tratam sobre o trabalho docente no contexto capitalista. Além disso, foram analisados documentos que demonstrassem como o trabalho docente vem sendo impactado por essa lógica de extração de mais-valor, especialmente no contexto da crise pandêmica em que nos encontramos na atualidade.

Metabolismo antissocial do capital¹

O mundo do trabalho vem passando por transformações desde que o capitalismo — como forma de manter sua estabilidade e lucros — impôs um processo de ajuste na sua estrutura produtiva. Sabe-se que o trabalho ocupa posição de centralidade nesse regime de acumulação,

¹ O título faz referência à denominação utilizada por Antunes (2020) ao se referir ao conceito de sociometabolismo do capital, cunhado por Mészáros (2011).

pois é mediante extração dos excedentes da sua força que os detentores dos meios de produção mantêm a sua lógica da expansão infinita.

Diante desse processo global imposto à classe trabalhadora, em razão desses ajustes estruturais, a conjuntura atual, marcada pela retirada de direitos trabalhistas e priorização do capital financeiro, propiciou um terreno fértil para o aprofundamento da precarização do trabalho. Conforme pontua Chauí (2020), vivenciamos um totalitarismo neoliberal que decreta aos trabalhadores a exposição a condições de trabalho desumanas, de modo que ele se torna uma peça descartável nesse processo diante do exército de reserva disponível no mercado, para os quais resta apenas se aquiescerem e aceitarem tais condições para evitarem a completa miséria, dada a realidade de desigualdade e agravamento da pobreza e da miséria no mundo, e de forma ainda mais drástica no Brasil atual.

Na era digital, esse processo de reconfiguração das condições de trabalho assumiu outras nuances, isso porque o desenvolvimento de novas formas de prestação de serviços — por meio de aplicativos e plataformas digitais que funcionam inclusive remotamente, além do aumento da informalidade, em razão da pandemia do Covid-19 — demonstrou que a prestação de determinados serviços, embora necessários, assumiu certa descartabilidade. Tal realidade pode ser observada, por exemplo, em relação ao trabalho docente que nesses ambientes virtuais passou a ser substituído por um compilado de materiais prontos que são disponibilizados aos alunos e acabam por menosprezar o papel do professor, além de transformarem o conhecimento em algo que pode ser adquirido com uma mercadoria, contexto que dispensa a função social do professor e esvazia o seu sentido.

Conforme é evidenciado por Mészáros (2011), o capitalismo produz as suas próprias crises e se autorregula para que elas sejam superadas. Dito de outro modo, o capital² ao alcançar níveis elevados de acumulação, por conseguinte certa estabilidade, necessita de ajustes que o façam retomar a lucratividade elevada. Diante disso, ele reconfigura sua lógica, especialmente no que diz respeito à força de trabalho disponível no mercado. Ainda de acordo o referido autor,

[...] os sérios problemas da crescente saturação do sistema do capital lançaram suas sombras por toda a parte. Vivemos hoje em um mundo firmemente mantido sob as rédeas do capital, numa era de promessas não cumpridas e esperanças amargamente frustradas, que até o momento só se sustentam por uma teimosa esperança (MÉSZÁROS, 2011, p. 37).

² Cabe aqui uma diferenciação necessária, “capital” se processa, no século XVI, quando passa a haver circulação de mercadorias — para Marx — acumulação primitiva do capital. Já capitalismo é o sistema econômico baseado na posse de bens privados e na acumulação de riquezas (MARX, 2013).

A partir da década de 1970, o capitalismo vivenciou mais uma de suas crises e necessitou, em âmbito mundial, refazer as suas diretrizes e estabelecer novos parâmetros para orientar as relações de trabalho. Desse modo, passou-se a adotar, nas indústrias e nas empresas, um modelo mais flexível e gerencial de trabalho, cujo princípio tem respaldo na teoria do capital humano³, bastante difundida por organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outras.

Essas instituições supranacionais passaram a atuar em âmbito global, sobretudo em Estados Nações considerados subdesenvolvidos, com a justificativa de promover o desenvolvimento econômico. Para tanto, investiam recursos financeiros nesses países mediante acordos, ao tempo que se encarregavam de identificar os problemas que impediam tal desenvolvimento com avaliações em larga escala. Com isso, tais organismos passavam a aconselhar, bem como a definir as políticas e as diretrizes das reformas consideradas necessárias para superação dos problemas sociais. Cabe destacar que o nosso entendimento é de que essas instituições atuam, junto ao Estado, como subsidiárias do capital financeiro, cuja proposta é de ampliação da privatização dos bens sociais, bem como de incorporação dos princípios gerencialistas na educação, inclusive a pública.

A perspectiva de gerencial se fundamenta na ideia de que cada indivíduo possui um grau de responsabilização para que as organizações/instituições possam apresentar níveis satisfatórios de resultados e de produtividade. Para tanto, é fundamental que sejam estabelecidas metas, essas, ao serem alcançadas, posicionam as instituições, ou mesmo os indivíduos a patamares de excelência pré-estabelecidos o que estimula cada vez mais a competitividade e a necessidade constante de qualificação para atender às demandas do mercado.

Nesse processo, a educação é colocada como um produto capaz de proporcionar a qualificação necessária para ocupar esses espaços no mercado de trabalho. Em função disso, ela perde o seu valor social e ontológico e passa a ser apenas um produto a ser consumido. O professor, portanto, atua como uma mera peça que se interpõe nesse processo. Grosso modo, ele passa a ocupar a posição de difusor de uma formação para atender ao mercado de trabalho, a qual seja capaz de instrumentalizar os indivíduos a desenvolverem atividades que gerem lucro.

Essa exigência do mercado de constante qualificação e de competitividade acaba por criar uma massa de trabalhadores qualificados. Apesar disso, sabe-se que o mercado que exige

³ Para aprofundamento acerca dos pressupostos que orientam essa teoria ver: FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

essa qualificação não é capaz de absorver essa soma de trabalhadores. Essa lógica contraditória cria um grande contingente de desempregados, isto é, um exército de reserva que representa boa parte do total de cerca de 14 milhões de desempregados no contexto atual, de acordo dados divulgados, no final de 2020, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua (IBGE, 2020).

Partimos do pressuposto de que o Estado opera como um subsidiário do capital de modo que, ao propor reformas e ajustes no aparato legal das políticas públicas, promove as mudanças necessárias para que a lógica de acumulação se mantenha e a burguesia sustente sua hegemonia. No Brasil, essas reformas se aprofundaram a partir da década de 1990 e, nos últimos anos, elas avançaram com toda força nos direitos dos trabalhadores, sobretudo com a reforma trabalhista concretizada no governo Michel Temer (2016-2018).

No contexto da crise pandêmica ficou evidenciado o papel de protagonista que o Estado tem em garantir direitos sociais constitucionalmente garantidos. Ocorre que diante do obscurantismo negacionista do governo Bolsonaro em relação à letalidade da doença, sua incompetência na gestão das medidas sanitárias contra a propagação do vírus e a falta de planejamento na viabilização da vacina deixou clara a sua preferência pelo neoliberalismo, em que o Estado é máximo para o capital e mínimo para o social. A forma desdenhosa como esse governo se posicionou em relação à crise deixou clara sua predileção em manter o equilíbrio econômico em detrimento da vida.

Diante disso, a pandemia escancarou as desigualdades sociais, sobretudo porque ela evidenciou, em razão da necessidade de distanciamento social, qual classe seria a mais afetada, qual seja, a “classe-que-vive-do-trabalho”⁴, que precisou lidar com o dilema entre arriscar a própria vida e de seus familiares e se expor ao vírus, ou se poupar da contaminação e cumprir as orientações dos órgãos de saúde e se deparar com o desemprego, por consequência, a ausência de recursos para suprir o básico necessário à sua sobrevivência, inclusive alimentar.

Os professores, por outro lado, dada a própria configuração de sua prática, que se dá em espaços de bastante aglomeração, foram obrigados a se isolarem e reinventarem formas de manter as atividades de ensino, ainda que desprovidos de uma formação adequada para isso. Essa nova forma de ensinar impôs a esses profissionais a necessidade de se adequarem a ferramentas digitais, por muitos nunca utilizadas, cujo objetivo foi manter o vínculo dos alunos com a escola, mesmo em um contexto de distanciamento.

⁴ Conceito elaborado por Antunes (2009, p. 102) o qual refere “a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho [...] que produz diretamente mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital”.

Na última década, números crescentes evidenciam a expansão do ensino privado, especialmente no formato Educação à Distância (EaD). Eles demonstram um investimento do mercado em um nicho capaz de produzir lucros, em razão dos baixos índices brasileiros de indivíduos com formação profissional em nível de graduação e pós-graduação. Portanto, já havia uma tendência em viabilizar o ensino a distância e mediado por tecnologias. Concordamos com Antunes (2020, p. 16) ao afirmar que “a tendência, visível bem antes da explosão da pandemia era clara: redução do trabalho vivo pela substituição das atividades tradicionais por ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o comando informacional-digital”.

Cabe destacar que nosso entendimento não é avesso ao uso de tecnologias digitais na educação, contudo, defendemos que essa deve ser uma prática pautada em um cuidadoso preparo do docente e de todos os envolvidos no fazer educacional. Além disso, é importante pontuar que, em nenhuma hipótese, essas tecnologias são capazes de substituírem o trabalho do professor, dado o seu papel social e sua importância para formação humana. Em síntese, essas ferramentas devem funcionar apenas como coadjuvantes que possam contribuir para o processo educativo e nunca como ferramenta central.

Nesse contexto pandêmico de expansão do ensino mediado por tecnologias, não são incomuns relatos de algumas instituições privadas que passaram a ministrar aulas remotamente e reuniram turmas que, antes da pandemia, eram separadas. Essa medida foi adotada como forma de diminuir o quadro de professores, por conseguinte, das despesas com pessoal. Além disso, a gravação de aulas se tornou um fenômeno, sobre o qual conjecturamos que futuramente pode impactar no trabalho e na empregabilidade dos docentes, uma vez que o conteúdo e a prática de aulas já estão devidamente arquivados em “nuvens” e plataformas virtuais de ensino. Para Antunes (2020, p. 11, grifos do autor), “o avanço *informacional-digital* é um relógio que não para de rodar, sua destrutividade se intensifica a cada momento, tornando a força de trabalho global cada vez mais descartável e supérflua”.

Diante disso, salientamos a necessidade de se discutir e priorizar um modelo de educação que se concentre no papel social que ela exerce para a humanidade. Para isso, ela não pode ser entendida como um produto consumível, mas como um bem e um direito social acessível a todos, de forma democrática e plena. Com isso, a educação poderá ser, de fato, um instrumento que possibilite a superação dos antagonismos sociais e permita à humanidade pensar coletivamente caminhos factíveis para conter a destruição do planeta, além de promover a diminuição da pobreza, da miséria e das desigualdades sociais.

A lógica privada mercantil e suas reverberações na educação

Três princípios de regulação se destacam nas sociedades modernas — o Estado, o mercado e a comunidade. Compartilhamos um período em que a prioridade absoluta foi dada ao mercado, em que se intensificou a privatização dos bens coletivos, tais como saúde, educação, água encanada, eletricidade, serviço de correios e telecomunicações. Conforme afirma Santos (2020), o próprio Estado e a comunidade passaram a ser geridos e avaliados pela lógica do mercado, assim, surgiram as parcerias público-privadas, quase sempre como um mecanismo de transferência de recursos públicos para o setor privado.

A implantação de um projeto do capital para a educação tem provocado mudanças que levaram a uma Reforma na Educação para atender a lógica do mercado, de cunho empresarial, cujo intuito é pensar a escola como uma “empresa” e a educação como uma “mercadoria”. O serviço social passa a ser uma área em expansão no mercado, em que lucros consideráveis podem ser obtidos, o que leva a observar as condições de trabalho do profissional docente e implica compreender que essas condições são determinadas pela organização do trabalho no sistema capitalista.

Em meio às transformações ocorridas no setor público para sustentar o sistema, buscou-se incorporar a eficiência e eficácia importadas do setor privado para o público, implantando assim o gerencialismo. Isso configura um novo formato do trabalho docente, que passa a prezar pela alta performance, como consequência tem-se a intensificação do trabalho, a precarização, a valorização do notório saber, o que provoca um desmonte na carreira profissional docente.

Segundo Freitas (2018) chamar a Reforma Empresarial da Educação de Nova Gestão Pública (NGP) nada mais é que uma tentativa de diminuir e esconder os reais motivos que fomentam esse movimento de priorização da agenda neoliberal, do livre mercado, sob a falsa justificativa de melhoria da qualidade e acesso, o que, na prática, destrói o sistema público de educação, dado que não existe “meia” privatização ou “quase-mercado”.

Nesse contexto lastimável de plena execução da política neoliberal na educação surge a pandemia com todas as suas mazelas, configurando-se como uma combinação de crise econômica, política, sanitária, moral, em que a situação impede a organização dos movimentos sociais em se unirem para lutar contra o que está posto. Diante disso, a ausência de uma organização de classe pode tornar real o projeto da classe dominante e culminar para uma tragédia anunciada na educação.

O perigo da crise atual na pandemia é contribuir para tornar pensável o modo como os setores dominantes agem para levar adiante seus projetos, pois muitas organizações vêm

atuando de forma a tentar definir a direção da política educacional, elaborando estratégias que podem redefinir o papel das escolas brasileiras, conseqüentemente, a atuação do professor nesse novo contexto. Condição que se estabeleceu pela contingência da pandemia, mas que pode ter sua continuidade no período pós pandêmico, em face dos vastos interesses do mercado.

A tendência de incorporação das tecnologias digitais posta e imposta pela pandemia não apresenta nada de novo para os pesquisadores da educação, inclusive ela já vem sendo estudada. Ocorre que essa se tornou uma grande oportunidade para os mercadores da educação, responsáveis por aumentarem a velocidade das ações que já estavam em curso. A novidade se resume na velocidade e na profundidade da implementação das ações, como afirma Siqueira (2020, p. 100). Talvez o maior exemplo de projeto burguês é o que diz respeito ao avanço da implementação da Educação à Distância (EaD), já que o novo vírus forçou a paralisação das aulas presenciais no Brasil e no mundo.

Diante da morosidade das medidas de contenção ao vírus, por parte do governo federal, os governadores e prefeitos se anteciparam e fecharam as escolas. Contudo, a continuidade dos estudos, mesmo em tempos pandêmicos, no entanto, é a bandeira defendida por organismos internacionais como o Banco Mundial, Banco Interestadual de Desenvolvimento (BID) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e assimilada no Brasil pelos intelectuais do Todos pela Educação⁵. Isso contribui para que sejam retirados da gaveta projetos que, de acordo Soares (2020), há muito tempo faziam parte das aspirações do governo e das empresas privadas da educação, mas não eram pautados devido o questionamento dos especialistas da área educacional, que veem o ensino Ead com cautela.

Começa a tomar corpo pronunciamentos como a da Fundação Lemann⁶ no dia 17/03/2020, quando além de se expressar sua preocupação com a qualidade e equidade da educação pública, afirma já estar em contato com as secretarias estaduais e municipais de educação, colocando-se à disposição para contribuir nesse momento de suspensão das aulas, com a seguinte afirmação: “queremos garantir que os alunos tenham asseguradas as condições para seguir aprendendo, ainda que remotamente” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2021, *on-line*).

⁵ O Plano Decenal Todos Pela Educação foi elaborado em 1993 pelo MEC e teve como objetivo cumprir, até 2003, as resoluções da Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada na Tailândia em 1990 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — Unesco, Fundo das Nações Unidas para a Infância — Unicef, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD e Banco Mundial.

⁶ Conforme descrito em sua página virtual a fundação é sem fins lucrativos e busca colaborar com pessoas e instituições em iniciativas que garantam a aprendizagem de todos os alunos, além de formar líderes. Em sua página ainda consta que a forma para que essa ação seja executada se dá por meio da identificação dos desafios sociais e da busca das melhores soluções, parcerias e iniciativas para ajudar a resolver tais problemas.

Peroni (2019) ressalta que a privatização pode ocorrer de diferentes formas, seja quando uma instituição privada assume a execução de uma política pública, ou mesmo quando uma Organização Social (OS) assume a gestão, a definição da pauta educacional, o currículo e a formação de professores. Segundo a autora

em muitos casos o Estado continua sendo o responsável pelo acesso, e inclusive amplia as vagas públicas, no entanto, o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil, com a justificativa de que, ao agir assim, estão contribuindo para a qualidade da escola pública (PERONI, 2019, p. 40).

Esse discurso propagado pelos reformadores da educação, segundo Fiera, Evangelista e Flores (2020), visa a construir uma opinião pública em torno dos direitos da aprendizagem, para tanto coloca o “ensino remoto” nas redes públicas com uma saída, ainda que tais recursos não estejam democraticamente disponíveis para todos. Como já demonstrado, essa é também uma tentativa que força professores — ainda sem formação adequada — a enfrentarem este novo modo de ensinar, sob o argumento de que a escolarização é a única alternativa de superação das desigualdades para os mais vulneráveis. Com isso, a pandemia abriu mais espaço para a implementação daquilo que já era uma tendência, o ensino EaD, só que de maneira muito precária denominada “ensino remoto” ou híbrido.

A migração urgente, de maneira fortuita, dos cursos presenciais para alguma modalidade não presencial está cercada de tensões, cobranças e relações entre os principais envolvidos no sistema educacional como: governo, instituições, gestores, professores e alunos. Isso vem gerando questionamentos a respeito desse novo formato emergencial e dúvidas quanto ao futuro. O contexto pós-pandemia vai demandar mais uma reinvenção do cotidiano escolar, que pode compelir os professores ao ensino à distância como adaptação necessária para as mudanças tecnológicas e sociais, quando as escolas voltarem a funcionar em sua totalidade.

A grande questão é que não são postos em discussão os problemas reais enfrentados pelos sistemas educacionais públicos, como a falta de estrutura disponível para que se tenha a garantia de uma educação de qualidade. O discurso difundido pelos empresários da educação coloca os trabalhadores da educação diante de uma delicada escolha: retomar o ensino presencial ou adotar as formas mais precárias de atividades remotas a fim de contabilizar horas como parte de um calendário letivo, em que a educação escolar de fato não ocorreu para todos. Diante da falta de outras possibilidades e de resistência, vislumbra-se um quadro desfavorável para os trabalhadores da educação, uma vez que essa responsabilidade fica condicionada apenas a essa categoria. Isso releva, mais uma vez, que o Estado se isenta de sua responsabilidade e a desloca para os trabalhadores.

Caberá, portanto, aos professores continuarem a luta por uma escola pública de caráter emancipador. É fundamental por parte da categoria organizar a resistência à expansão dessa modalidade remota de ensino que tem como resultado mais devastador o crescimento das desigualdades educacionais, contra as quais lutamos ao longo dos anos para superar. Na perspectiva de Hypólito (1991), a incorporação de um modelo de educação privado mercantil afeta diretamente a autonomia docente, em que o seu saber “ao longo do desenvolvimento do processo de trabalho, é apropriado pelo capital e incorporado ao processo de produção (HYPOLITO, 1991, p. 13).

Diante do projeto do capital, acelerado por meio da pandemia, urge a necessidade de repensar o amanhã. É necessário construir uma educação pautada na formação e na valorização do professor. Segundo Freire (2000, p. 40),

Na compreensão da história como possibilidade, o amanhã é problemático. Para que ele venha é preciso que construamos mediante a transformação do hoje. Há possibilidades para diferentes amanhãs. A luta já não se reduz a retardar o que virá ou assegurar a sua chegada; é preciso reinventar o mundo. Assumirmos como sujeitos e objetos da história nos torna seres de decisão, da ruptura. Seres éticos.

As novas formas de ensinar que a pandemia apresentou como as únicas viáveis, diante do distanciamento social, foram necessárias para o momento, diante do contexto. Contudo, elas abreviaram uma agenda de reformas que seriam implementadas gradativamente, mas que agora podem se tornar parte integrante do sistema educacional, o que produz efeitos no fazer do professor. No entanto, esse novo quadro requer investimento em qualificação docente, de maneira que o professor seja capaz de dominar a utilização de novas tecnologias, assim como tenha condições dignas de trabalho, uma vez que a aprendizagem dos estudantes está relacionada às condições de trabalho desses profissionais.

Contingência ou projeto?

A pandemia além de ter evidenciado as profundas desigualdades sociais e educacionais vivenciadas no Brasil também estimulou intensos debates acerca da função social e do papel do professor, pois ficou patente tanto para aqueles que já debatiam essas questões, como para o senso comum que o papel exercido pelo professor e pela escola na formação humana são insubstituíveis. É inequívoca a percepção de que as interações mediadas por tecnologias são diferentes e que nem todos estão preparados para essa modalidade, sobretudo na formação de nível fundamental.

Portanto, o que se percebe é a tentativa de esvaziamento da função social do trabalho do professor, a qual está presente na proposta dos reformadores empresariais e também no discurso daqueles que defendem uma educação voltada para instrumentalização demandada pelo mercado de trabalho. De acordo Freitas (2012, p. 9),

podemos ver que cada vez mais é retirada a dimensão intelectual do trabalho do professor, já que este participa cada vez menos da concepção do seu trabalho e não é visto como alguém que participa da construção do conhecimento, apenas de sua transmissão. O professor não mais participa das etapas de planejamento e avaliação dos conteúdos, tornando-se um mero executor de programas e políticas elaboradas pela administração pública educacional.

Diante disso, reafirma-se a necessidade de se pensar uma formação tanto para os docentes quanto para as escolas que, embora necessitem eventualmente incorporar essas tecnologias à educação, priorize patamares de igualdade na formação tanto da classe trabalhadora como para os detentores dos meios de produção. Isso permitirá que os indivíduos em sua totalidade se eduquem para a emancipação e sejam preparados para construção de um projeto coletivo de sociedade.

Diante do contexto que a pandemia impõe, o que se percebe em um primeiro momento é uma situação em que se coloca como único caminho existente, em razão da necessidade de distanciamento social, a instituição de um “Ensino Remoto Emergencial” para o período de fechamento das escolas, mas que já aponta para incorporação do “Ensino Híbrido”, formado por educação presencial, em um turno, e o Ensino Remoto em outro. Essa proposta, no Brasil, tem respaldo no discurso do movimento Todos pela Educação, o qual reivindica para si a responsabilidade de conduzir a educação básica no período da pandemia e no pós-pandemia, mediante a articulação entre órgãos públicos e o setor privado.

Conforme já demonstrado, instituições como o Banco Mundial e a OCDE, diante do caos decorrente das precárias e desiguais condições de acesso à educação remota, têm assumido a responsabilidade de difundir projetos voltados para a educação brasileira, suas orientações se concentram nas propostas de Educação à Distância (EaD) e seus neologismos como: ensino remoto emergencial, estudo *on-line* e ensino híbrido. Entretanto, a difusão de proposições dessa natureza requer uma avaliação detalhada acerca das mudanças trabalho do professor e os impactos para a educação.

Fato é que esse projeto do capital toma uma dimensão maior nesse momento pandêmico. Entretanto, já vinha em curso como projeto do BID, ligado ao estreitamento das relação público-privada e ao processo de aligeiramento da formação para atender as diretrizes do capital para a educação e que vê neste momento a oportunidade para que a classe dominante amplie suas

estratégias de dominação, uma vez que grande parcela da sociedade está isolada e, portanto, sem capacidade de resistir.

É fato que o sistema se retroalimenta de crises e que o momento se tornou favorável para que a classe dominante, representada por organismos supranacionais aliados a direcionamentos, propostas e ações do Movimento Brasil Competitivo para a Educação, do movimento Todos pela Educação e de Fundações como a Roberto Marinho, Bradesco, Itaú, Fundação Lemann, SEBRAE (e sua perspectiva de empreendedorismo), além do Instituto Ayrton Senna (com as competências socioemocionais). Todas essas instituições juntas se encarreguem de acelerar um projeto em curso que culmina na precarização de todo o sistema educacional, conseqüentemente, do trabalho docente.

O que de fato temos é a negação da educação para a vida, aliada à falta de perspectiva de superar a sociedade capitalista. Os “novos tempos” negam a história e se mostram com ideais bem demarcados, de modo que o trabalho do professor se esvazia de sentido e significado, pois não tem mais a função de transmitir os conhecimentos construídos ao longo da história. Isso muda a configuração do trabalho docente, reduzindo o ser humano ao *status* desumanizado de uma simples condição material de produção, sendo o professor um mero executor de tarefas, isto é, o “professor tarefeiro” (KUENZER, 1999, p. 182).

Considerações finais

Conforme já pontuado, ao analisar a dominação do capital Mészáros (2011, p. 199) aponta para uma crise estrutural do sistema capitalista, na qual a exploração do trabalho assume níveis ainda mais desumanos. Ao longo da história foi se consolidando um imenso poder sistêmico de dominação em favor do modo de reprodução do sistema capitalista. A dinamicidade desse sistema de produção, dada a sua hegemonia, decreta transformações que exercem grande impacto nas relações de trabalho,

Embora a pandemia seja uma manifestação, à primeira vista, contingente, uma análise profunda permite percebermos que ela é resultado da extração descontrolada de matéria-prima da natureza, bem como da visão de que o capitalismo não pode parar.

A agenda de intensificação do trabalho, de incorporação da lógica gerencial nas instituições e da difusão de uma proposta de formação meramente instrumentalista faz parte da proposta de reformas do capital. Para que ela se concretize esse sistema espalha globalmente instituições e pensamentos que estimulam tais práticas, as quais acabam por promover a precarização do trabalho.

No que diz respeito ao trabalho docente vemos que a pandemia trouxe a oportunidade para que os reformadores de educação intensificassem esse processo, dada a necessidade de a escola continuar minimamente ativa, uma vez que o retorno ainda é incerto. Mais uma vez, a educação pública é colocada como um produto a ser consumido, de modo que é negligenciada a função importante que exerce para a formação humana e social.

A incapacidade em lidar com a pandemia atual é manifestação de um modelo de sociedade que sujeitou todas as áreas sociais, sobretudo saúde e educação, a questões de ordem mercadológica, cujo objetivo é gerar o máximo de lucro para os investidores, colocando de lado a lógica do serviço público, ignorando assim a cidadania e os direitos humanos, retirando do Estado a responsabilidade pelo bem-estar do cidadão pondo fim ao estado do bem-estar social.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. Boitempo Editorial, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª edição. Boitempo Editorial, 2009.
- CHAUÍ, Marilena. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e irrupción**, v. 10, n. 18, p. 307-328, 2020.
- FREIRE, Paulo. **À Sombra desta Mangueira**. São Paulo: Olho d'Água. 2020.
- FREITAS, Carmen. A função social do professor: concepções em conflito. **Revista Trabalho Necessário**, v. 10, n. 15, 2012.
- FREITAS, L. C. de (ORG). **A Reforma Empresarial da Educação: Nova Direita, Velhas Idéias**, 1ª edição, São Paulo, Expressão Popular, 2018.
- FUNDAÇÃO LEMANN. **Iniciativas de combate à pandemia**. Conheça ações oferecidas e apoiadas pela Fundação Lemann em tempos de Covid-19. Página virtual da Fundação Lemann, 2020. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/iniciativas-de-combate-a-pandemia>. Acesso em: abril de 2021.
- HYPOLITO, Álvaro Moreira. Processos de Trabalho na Escola: Algumas categorias para análise. **Teoria e Educação**. n.º 4. Porto Alegre: Pannônica, 1991.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua**. Página virtual do IBGE, 2020). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=30227&t=destaques>. Acesso em: abril de 2021.
- KUENZER, Acacia Zeneida. As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrando. **Educação & Sociedade**, v. 20, n. 68, p. 163-183, 1999.

LAMOSA, Rodrigo (ORG). **Classe Dominante e Educação em Tempos de Pandemia: Uma tragédia anunciada**. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020.

LUIGI, R.; SENHORAS, E.M. **O novo coronavírus e a importância das organizações internacionais**. Nexo Jornal [17/03/20]. 2020. Disponível em www.nexojornal.com.br. Acesso em: 02/04/21.

MARX, Karl. **O Capital, Livro I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria de transição**. Tradução Paulo César Castanheira, Sérgio Lessa. 1. Ed. São Paulo: Boitempo Editorial 2011.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra de. O marco regulatório e as parcerias público-privadas no contexto educacional. **Revista Práxis Educacional**, v. 15, n. 31, 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra. Edições Almedina, S. A. 2020.

SIQUEIRA, Pedro Henrique Dias. A Fundação Lemann: Uma Análise sobre a atuação na pandemia de covid-19. In: Lamosa, Rodrigo. **Classe Dominante e Educação em tempos de Pandemia: Uma tragédia anunciada**. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Emanuelle Araújo Martins Barros

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED/UESB, na linha de pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação. Possui Graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB (2010). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/GEPRÁXIS/CNPq). É servidora Técnica Universitária da UESB.
E-mail: emanuelleletras@yahoo.com.br

Claudia Cristiane Andrade Barros

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação PPGed/UESB. Graduada em Ciências Exatas com Habilitação e Matemática. Professora do Colégio Estadual Abdias Menezes. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/GEPRÁXIS/CNPq). E-mail: claudiacrisbarros@yahoo.com.br

Claudio Pinto Nunes

Doutor em Educação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pós-Doutor Educação, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UESB — *Campus* Vitória da Conquista – Bahia-Brasil. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas DIFORT/CNPq e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.
E-mail: claudionunesba@hotmail.com